

Gustavo Scatolino
João Trindade

Manual Didático de
DIREITO
ADMINISTRATIVO

8ª edição • Revista, atualizada e ampliada

2020

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES	25		
CAPÍTULO I			
NOÇÕES PRELIMINARES	27		
1. Relevância do estudo do Direito Administrativo	27		
2. Ramo do direito público (taxinomia do Direito Administrativo)	28		
3. Conceito de Direito Administrativo	28		
4. Fontes do direito administrativo	31		
5. Sistemas administrativos	34		
5.1. Coisa julgada administrativa	35		
6. Legislação sobre Direito Administrativo ...	36		
7. Estado, Governo e administração pública ..	37		
7.1. Formas de Estado	38		
7.2. Poderes do Estado	39		
7.3. Governo	40		
7.4. Formas de governo	41		
7.5. Administração Pública	41		
8. Administração Pública no sentido subjetivo / orgânico / formal	41		
9. Administração Pública no sentido material / objetivo / funcional	42		
10. Função administrativa e função política ...	44		
ESTUDO AVANÇADO			
1. Atividades Administrativas	46		
2. Leis de efeito concreto e função administrativa	46		
3. Administração Pública Extroversa e Introversa	46		
4. Constitucionalização do Direito Administrativo (reflexões e consequências)	47		
5. Costume e Praxe Administrativa	48		
REVISÃO			
6. Questões	49		
CAPÍTULO II			
PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS	55		
1. Introdução	55		
2. Princípios expressos	57		
2.1. Legalidade	57		
2.2. Impessoalidade	60		
2.2.1. Súmula Vinculante nº 13 do STF	61		
2.2.2. Aplicações da Súmula Vinculante nº 13 do STF	63		
2.3. Moralidade	65		
2.4. Publicidade	69		
2.5. Eficiência	71		
3. Princípios implícitos	74		
3.1. Razoabilidade e proporcionalidade ...	74		
3.2. Motivação	76		
3.3. Supremacia do interesse público sobre o interesse particular	79		
3.3.1. Indisponibilidade do interesse público	80		
3.4. Contraditório e ampla defesa	80		
3.5. Segurança jurídica (Proteção à confiança)	81		
3.6. Autotutela (Sindicabilidade)	87		
3.7. Tutela ou controle administrativo ...	88		
3.8. Hierarquia	88		
3.9. Continuidade dos serviços públicos ...	89		
3.9.1. Exceção ao contrato não cumprido em contratos administrativos ...	90		
4. Outros princípios	90		
4.1. Princípio da obrigatoriedade	90		
4.2. Princípio da responsabilidade civil do Estado	90		
4.3. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	90		
4.4. Princípio da precaução	90		
4.5. Princípio da subsidiariedade	91		
4.6. Princípio da responsabilidade e responsividade	91		
4.7. Princípio da sancionabilidade	91		
ESTUDO AVANÇADO			
1. Princípios fundamentais do regime jurídico administrativo	92		
2. Considerações sobre a evolução do princípio da legalidade	93		
3. Princípio da impessoalidade X finalidade ...	93		
4. Princípio da Publicidade	94		
5. Razoabilidade e proporcionalidade são sinônimos?	95		
6. Princípio da Motivação	96		
6.1. Obrigatoriedade de motivação: doutrina	96		

7. Indisponibilidade do interesse público e arbitragem.....	99
8. Princípio da subsidiariedade	100
9. Comentários à Lei de acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	101
9.1. Âmbito de aplicação.....	101
9.2. Noções gerais	101
9.3. Direito constitucional à informação ...	102
9.4. Direito à memória e à verdade	103
9.5. Diretrizes do acesso à informação ...	104
9.6. Conceitos previstos na lei.....	106
9.7. Do acesso a informações e da sua divulgação – art. 6º	106
9.8. Procedimento de acesso à informação	107
9.9. Restrições ao acesso à informação ...	108
9.10. Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação.....	109
9.11. Responsabilidades.....	110
9.12. Meios judiciais de garantir o acesso à informação.....	111
9.13. Dos recursos – art. 15	112
10. <i>Venire contra factum proprium</i> na administração pública	113
11. Comentários à Lei anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.....	115
11.1. Âmbito de aplicação.....	115
11.2. Sujeitos atingidos	115
11.3. Responsabilização objetiva	116
11.4. Condutas típicas.....	117
11.4.1. Bem jurídico protegido	117
11.4.2. Sujeitos passivos	117
11.4.3. Tipicidade objetiva.....	118
11.4.4. Tipicidade subjetiva	118
11.5. Penalidades	118
11.5.1. Sanções administrativas.....	118
11.5.2. Sanções judiciais	119
12. Procedimento de responsabilização.....	119
12.1. Administrativo.....	119
12.2. Judicial.....	120
13. Programa de <i>compliance</i>	120
14. Acordo de leniência.....	121
14.1. Noções iniciais.....	121

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**REVISÃO**

15. Questões	126
--------------------	-----

CAPÍTULO III**ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** 133

1. Introdução.....	133
2. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração; centralização e descentralização).....	134
2.1. Administração Direta e Indireta	137
3. Extensão da administração direta	138
4. Personalidade jurídica de direito público e de direito privado.....	139
5. Entidades paraestatais	140
6. Estudo dos órgãos	141
6.1. Características dos órgãos.....	141
6.1.1. Personalidade jurídica.....	141
6.1.2. Patrimônio próprio	141
6.1.3. Capacidade processual	141
6.2. Teorias do órgão.....	142
6.3. Criação e extinção de órgãos	143
6.4. Classificação	144
7. Estudo da administração descentralizada	148
7.1. Formas de descentralização administrativa	148
7.2. Criação das entidades da Administração Indireta.....	151
7.3. Criação de subsidiárias.....	153
7.4. Administração Indireta no Poder Judiciário e Legislativo	154
7.5. Relação da Administração Direta e Indireta.....	155
7.6. Entidades da Administração Indireta em espécie	157
7.6.1. Autarquias.....	157
7.6.1.1. Características	158
7.6.2. Agências executivas	169
7.6.3. Agências reguladoras.....	171
7.6.4. Consórcios públicos	174
7.6.5. Fundações.....	176
7.6.5.1. Características	180
7.6.6. Sociedade de economia mista e empresa pública.....	182
7.6.6.1. Traços comuns.....	185
7.6.6.2. Traços distintivos.....	198
7.6.7. Empresas controladas pelo Poder Público.....	201

ESTUDO AVANÇADO

1. Extensão da Administração Indireta – (Criação de entidades da Administração Indireta por órgãos do Poder Judiciário e Legislativo)...	202
--	-----

1.1. Iniciativa das leis sobre criação de órgãos e entidades do Poder Executivo	202	10.1.7.2. Do conselheiro independente	226
2. O caso do parecer AC-051, de 2006, da AGU – Recurso hierárquico impróprio.....	202	10.1.8. Comitê de Auditoria Estatutário.....	227
3. Teoria da Encampação.....	205	10.1.9. Da Diretoria.....	228
4. Princípio da especialidade na Administração Indireta	206	10.1.10. Do Conselho Fiscal - CONFINS..	229
5. Capacidade processual de órgãos	206	10.2. Licitações.....	230
6. Classificação dos órgãos	207	10.2.1. Art. 28 Fixa regra nas licitações.....	230
7. Formas de Descentralização.....	207	10.2.2. Procedimento de manifestação de interesse privado	235
8. Criação de subsidiárias	207	10.2.3. Diretrizes a serem observadas nas licitações	235
9. Entidades da Administração Indireta em espécie	208	10.2.4. Sigilo no valor estimado.....	236
9.1. Agências reguladoras	208	10.2.5. Sanções	237
9.1.1. Foro dos litígios.....	209	10.2.6. Regras de impedimento de participação	238
9.2. Agências executivas.....	209	10.2.7. Vedação de participação de parentes e empregados	238
9.3. Fundações – divergência acerca da natureza jurídica.....	209	10.2.8. Pré qualificação – art. 39	239
9.3.1. Controle do Ministério Público ...	210	10.2.9. Das normas específicas para obras e serviços	239
9.3.2. Controle das fundações governamentais pelo Ministério Público	211	10.2.9.1. Conceitos.....	239
9.3.3. Responsabilidade civil.....	211	10.2.10. Vedações.....	240
9.4. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública	211	10.2.11. Remuneração variável.....	241
9.4.1. Lei autoriza a criação (art. 37, XIX, da CF)	211	10.2.12. Das normas específicas para aquisição de bens	241
9.4.2. Regime de pessoal	212	10.2.13. Das normas específicas para alienação de bens	241
9.4.3. Regime tributário.....	212	10.2.14. Do procedimento de licitação	242
9.4.4. Regime de bens.....	213	10.2.14.1. Fases.....	242
9.4.5. Falência	213	10.2.14.2. Modos de disputa...	246
9.4.6. Forma de organização.....	214	10.2.14.3. Critérios de julgamento – tipos de licitação – art. 54	247
9.4.7. Composição do capital.....	214	10.2.14.4. Desempate.....	248
9.4.8. Foro processual.....	214	10.2.15. Dos procedimentos auxiliares das licitações	249
10. LEI 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais – Lei nº 13.303/16.....	215	10.3. Dos contratos	251
10.1. Introdução.....	215	10.3.1. Da formalização dos contratos.....	251
10.1.1. Âmbito de aplicação	216	10.3.2. Garantias.....	252
10.1.2. Conceito de EP e SEM	219	10.3.3. Duração dos contratos.....	252
10.1.3. Requisitos de Transparência... ..	221	10.3.4. Alteração dos contratos.....	252
10.1.4. Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno	221	10.3.5. Convocação e assinatura do contrato	253
10.1.5. Solução de conflitos pela arbitragem.....	222	10.3.6. Responsabilidades do contratado	253
10.1.6. Regras de funcionamento	222		
10.1.7. Conselho de administração - Consad	223		
10.1.7.1. Competências do CONSAD	225		

10.3.7. Subcontratação	254	3. Fato administrativo e fato da administração.....	302
10.3.8. Da alteração dos contratos ...	254	4. O silêncio administrativo.....	302
10.4. Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	256	5. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	305
10.5. Disposições finais e transitórias	257	5.1. Competência ou sujeito	305
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA		5.1.1. Características.....	306
REVISÃO		5.1.2. Delegação e avocação.....	307
11. Questões	263	5.1.3. Vícios na competência	310
CAPÍTULO IV		5.2. Finalidade.....	311
REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR		5.3. Forma	313
1. Introdução	271	5.3.1. Formalização ou formalidade ...	314
2. Entidades paraestatais	274	5.4. Motivo.....	315
2.1. Serviços sociais autônomos – Entidades do sistema “S”	277	5.5. Objeto	317
2.2. Organizações Sociais (OSs)	278	6. Discricionariedade e vinculação	320
2.2.1. Procedimento licitatório	279	6.1. Discricionariedade e mérito administrativo	322
2.2.2. Lei nº 9.637/98 e ADI nº 1.923	280	6.2. Surgimento da discricionariedade...	323
2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).....	280	7. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo.....	324
2.3.1. Procedimento licitatório	282	7.1. Presunção de legitimidade e veracidade	324
2.4. Fundações ou entidades de apoio	283	7.2. Imperatividade	325
2.5. Organizações da Sociedade Civil – OSC.....	283	7.3. Autoexecutoriedade.....	325
2.5.1. Termo de colaboração e fomento como espécie de convênios....	286	7.3.1. Exigibilidade e executoriedade ...	327
2.5.2. Do chamamento público.....	286	7.4. Tipicidade	328
2.5.3. OSCs impedidas de firmar parcerias.....	287	8. Classificação dos atos administrativos.....	329
2.5.4. Das sanções administrativas à entidade – art. 73.....	288	8.1. Quanto aos destinatários	329
2.5.5. Casos de não aplicação da Lei n. 13.019/14.....	289	8.2. Quanto ao alcance	330
2.5.6. Atuação de entidades em rede – Art. 35-A.....	290	8.3. Quanto ao objeto	330
2.5.7. Dos atos de Improbidade Administrativa	290	8.4. Quanto ao regramento ou vinculação ou grau de liberdade.....	331
ESTUDO AVANÇADO		8.5. Quanto à formação/número de vontades.....	331
1. Conceito de paraestatais	291	8.6. Quanto à eficácia.....	334
REVISÃO		8.7. Quanto à elaboração ou exequibilidade	335
2. Questões	293	8.7.1. Perfeição, validade e eficácia (exequibilidade)	336
CAPÍTULO V		8.8. Quanto aos efeitos.....	338
ATOS ADMINISTRATIVOS.....		8.9. Quanto ao resultado sobre a esfera jurídica dos administrados (atos ampliativos e restritivos de direitos).....	339
1. Conceito	297	8.10. Quanto à natureza das situações jurídicas que criam (atos-regra, atos subjetivos, atos-condição)	339
2. Ato administrativo como espécie de ato jurídico.....	300	9. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	340
		9.1. Atos normativos	340
		9.2. Atos ordinatórios.....	340

9.3. Atos negociais	341	8.2. Imperatividade	371
9.4. Atos enunciativos	348	8.3. Autoexecutoriedade.....	371
9.5. Atos punitivos.....	348	8.4. Tipicidade	371
10. Extinção dos atos administrativos	348	9. Classificação dos atos	371
10.1. Extinção natural	348	9.1. Atos de império e gestão.....	371
10.2. Caducidade.....	348	9.2. Quanto à formação	372
10.3. Cassação.....	348	9.3. Perfeição, validade e eficácia	372
10.4. Contraposição ou derrubada	349	9.3.1. Plano da eficácia	373
10.5. Revogação	349	9.3.2. Atos de efeitos reflexos e pro-	drômicos (Celso Antônio Bandeira de
10.5.1. Repristinação	350	Mello).....	374
10.5.2. Natureza do ato revogador ...	350	9.3.3. Vigência e eficácia.....	375
10.5.3. Atos que não admitem revo-	gação.....	9.4. Outras classificações	376
10.6. Anulação/invalidação.....	352	10. Espécies de atos administrativos.....	376
10.6.1. Efeitos da anulação	354	10.1. Permissão.....	376
10.6.2. Prazo para anulação.....	354	11. Panorama sobre a responsabilização do	advogado parecerista
11. Quadro sinótico das diferenças entre re-	vogação e anulação	377	
12. Atos irregulares	355	12. Extinção dos atos administrativos	383
13. Convalidação	356	12.1. Anulação e invalidação.....	383
13.1. Efeitos da convalidação	358	12.2. Celso Antônio (2004, p. 410) apre-	presenta as seguintes formas de extinção....
13.2. Formas de convalidação.....	358	12.3. Revogação e repristinação	384
13.3. Quem pode fazer a convalidação....	358	12.4. Prazo quinquenal para anulação ...	385
14. Conversão.....	359	12.5. Efeitos da anulação	385
		12.6. Contagem do prazo de 5 anos para	anulação.....
		12.7. Atos nulos e anuláveis.....	385
		12.8. Atos nulos e inexistentes.....	386
		13. Correção de vícios	387
		13.1. Vícios que podem ser corrigidos ...	387
		13.2. Convalidação (ato vinculado ou	discricionário?).....
		13.3. Agentes necessários e putativos ...	387
ESTUDO AVANÇADO			
1. Atos administrativos e atos da Adminis-	tração.....	360	
2. Controle dos atos de governo	360		
3. Silêncio administrativo – atos vinculados	e discricionários.....	361	
3.1. Omissões da Administração X reser-	va do possível e mínimo existencial	361	
4. Requisitos ou elementos de validade dos	atos administrativos	364	
5. Obrigatoriedade de motivação.....	365		
6. Motivo e Móvel	365		
6.1. Motivo e causa	366		
7. Vinculação e Discricionariedade.....	366		
7.1. Surgimento da discricionariedade...	367		
7.2. Discricionariedade e conceitos jurí-	dicos indeterminados.....	368	
8. Atributos do ato administrativo	370		
8.1. Presunção de legitimidade	370		
8.1.1. Presunção de legitimidade e	prova de fato negativo (mitigação)	370	
8.1.1.1. Presunção de vera-	cidade	370	
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA			
REVISÃO			
14. Questões	391		
CAPÍTULO VI			
PODERES ADMINISTRATIVOS.....			
1. Introdução	399		
1.1. Deveres do administrador.....	400		
1.2. Abuso de poder.....	400		
2. Poderes administrativos	401		
2.1. Poder hierárquico.....	401		
2.1.1. Consequências da hierarquia..	402		
2.1.2. Relações não hierarquizadas...	403		
2.2. Poder disciplinar.....	404		

2.2.1. Características.....	405	2.5.15.2. Polícia judiciária.....	434
2.2.2. Prazos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.112/90	407	2.5.15.3. Quadro resumo	436
2.2.3. Prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar	408	2.5.16. Condições de validade	436
2.2.4. Cumulação de sanções (administrativa/penal).....	408	2.5.17. Prescrição.....	436
2.2.5. Presença de defesa técnica por advogado no PAD	409	ESTUDO AVANÇADO	
2.2.6. Prova emprestada do processo penal.....	410	1. Poder hierárquico.....	437
2.2.7. Desconto na folha do servidor...	411	2. Poder disciplinar	438
2.3. Poder normativo (Poder Regulamentar)	412	3. Poder regulamentar	439
2.3.1. Decreto (exercício do poder regulamentar).....	415	3.1. Decreto autônomo.....	439
2.3.2. Controle judicial	417	4. Poder de Polícia	440
2.3.3. Deslegalização.....	418	4.1. Atributos/características do poder de polícia	440
2.4. Poder discricionário e poder vinculado	418	4.2. Poder de polícia e serviços públicos...	441
2.4.1. Surgimento da discricionariedade	419	4.3. Delegação do poder de polícia aos particulares	442
2.5. Poder de polícia.....	419	4.4. Princípio da exigência de voluntariedade para incursão de infração	443
2.5.1. Abrangência do poder de polícia.....	420	4.5. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.....	443
2.5.2. Crítica doutrinária à expressão poder de polícia.....	421	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
2.5.3. Fundamento.....	421	REVISÃO	
2.5.4. Decorrência do poder extroverso do Estado.....	421	5. Questões	447
2.5.5. Atributos ou prerrogativas ou características do poder de polícia	421	CAPÍTULO VII	
2.5.6. Caráter negativo do poder de polícia.....	424	AGENTES PÚBLICOS.....	
2.5.7. Meios de expressão	424	1. Introdução	458
2.5.8. Espécie tributária.....	425	2. Classificação	458
2.5.9. Poder de polícia em sentido amplo	426	3. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo.....	460
2.5.10. Poder de polícia em sentido estrito.....	427	3.1. A função de notário.....	462
2.5.11. Competência para exercer o poder de polícia	427	3.2. A função de Prático da Marinha Mercante.....	463
2.5.12. Delegação do poder de polícia aos particulares	427	4. Regime estatutário e trabalhista (ou celetista).....	464
2.5.13. Poder de polícia originário e derivado.....	431	4.1. Conselhos Profissionais.....	465
2.5.14. Sanções de polícia.....	431	5. Classificação dos cargos.....	465
2.5.15. Polícia administrativa e polícia judiciária	432	5.1. Vitalícios.....	465
2.5.15.1. Polícia administrativa	433	5.2. Efetivos.....	466
		5.3. Comissão	467
		5.3.1. Diferenças entre cargos em comissão (CC) e funções de confiança (FC).....	468
		5.3.2. Súmula Vinculante nº 13 do STF.....	468
		5.4. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos	468
		5.4.1. Quadro resumo.....	469
		6. Provimento.....	470

7. Demissão e exoneração.....	470	10.2.1.6. Recondução – art. 29	530
8. Retribuições pecuniárias	471	10.2.1.7. Aproveitamento – art. 30	531
8.1. Vinculação e equiparação de espé- cies remuneratórias	475	10.3. Da vacância – art. 33	532
9. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos.....	476	10.4. Remoção e redistribuição – arts. 36 e 37.....	533
9.1. Acessibilidade aos cargos públicos ...	476	10.5. Substituição – art. 38	534
9.1.1. Vagas para negros – Lei nº 12.990/2014	479	10.6. Das vantagens – art. 49 (IGA).....	535
9.2. Concurso público.....	480	10.6.1. Espécies de indenizações.....	535
9.2.1. Abertura de concurso quando há candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado	484	10.6.1.1. Ajuda de custo – art. 53	535
9.2.2. Exceções ao concurso público....	485	10.6.1.2. Diárias – art. 58	536
9.2.2.1. Terceirização na Ad- ministração Pública	485	10.6.1.3. Indenização de trans- porte – art. 60	537
9.3. Direito de greve e livre associação sindical (art. 37, VI e VII)	487	10.6.1.4. Auxílio-moradia – art. 60-A.....	537
9.4. Teto remuneratório.....	487	10.6.2. Das gratificações e adicionais ...	539
9.5. Acumulação de cargos	489	10.6.2.1. Da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento – art. 62.....	539
9.5.1. Acumulação de cargo com mandato eletivo (art. 38, I, II, III)	491	10.6.2.2. Da gratificação nata- lina – art. 63.....	539
9.6. Regime jurídico do servidor	492	10.6.2.3. Dos adicionais de insalubridade, periculosida- de ou atividades penosas – art. 68	540
9.7. Direitos sociais extensíveis aos ser- vidores públicos	493	10.6.2.4. Do adicional por ser- viço extraordinário – art. 73.....	541
9.8. Estabilidade.....	493	10.6.2.5. Do adicional notur- no – art. 75	541
9.8.1. Requisitos para conquistar a estabilidade.....	494	10.6.2.6. Do adicional de fé- rias – art. 76.....	542
9.8.2. Estabilização extraordinária	494	10.6.2.7. Gratificação por en- cargos de curso ou concurso – art. 76-A	543
9.8.3. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável.....	495	10.6.2.8. Férias – art. 77.....	543
9.9. Estágio probatório.....	496	10.6.3. Das licenças – art. 81	546
9.9.1. Prazo do estágio probatório....	498	10.6.3.1. Licença por motivo de doença em pessoa da fa- mília – art. 83.....	546
9.9.2. Quadro explicativo sobre as “fases” dos entendimentos sobre a duração do estágio probatório.....	499	10.6.3.2. Licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro – art. 84	548
9.10. Aposentadoria e Pensão	499	10.6.3.3. Licença para o ser- viço militar – art. 85.....	548
10. Disposições da Lei nº 8.112/90	524	10.6.3.4. Licença para ativi- dade política – art. 86.....	549
10.1. Âmbito de aplicação.....	524		
10.2. Provimento – art. 8º.....	524		
10.2.1. Formas de provimento.....	525		
10.2.1.1. Nomeação	525		
10.2.1.2. Promoção	528		
10.2.1.3. Readaptação – art. 24	528		
10.2.1.4. Reversão – art. 25 ...	529		
10.2.1.5. Reintegração – art. 28	530		

2. Objetivo.....	608	7.2.2.8. Empresas em consórcio – art. 33.....	636
3. Normas Gerais.....	608	7.2.2.9. Licitação fracassada – art. 48, § 3º.....	637
4. Obrigatoriedade	610	7.2.2.10. Desistência da proposta – art. 43, § 6º.....	637
4.1. Licitação para empresas públicas e sociedades de economia mista	611	7.2.3. Classificação ou julgamento – art. 45.....	637
5. Princípios.....	612	7.2.3.1. Comissão – art. 51... ..	643
5.1. Legalidade	613	7.2.4. Homologação – art. 43, VI.....	644
5.2. Vinculação ao instrumento convocatório	613	7.2.5. Adjudicação – art. 64	644
5.3. Publicidade.....	613	8. Modalidades – art. 22	645
5.4. Sigilo na apresentação das propostas.....	614	8.1. Regras gerais para a concorrência, a tomada de preços e o convite.....	646
5.5. Julgamento objetivo.....	614	8.1.1. Concorrência.....	650
5.6. Igualdade ou impessoalidade.....	615	8.1.2. Tomada de preços.....	651
5.7. Adjudicação compulsória.....	618	8.1.3. Convite.....	652
5.8. Probidade/moralidade.....	618	8.2. Concurso	654
5.9. Princípios correlatos.....	619	8.3. Leilão.....	655
6. Objeto da licitação.....	619	8.4. Pregão	656
7. Fases da licitação.....	619	8.4.1. Obrigatoriedade do pregão....	658
7.1. Fase interna.....	620	8.4.2. Fases do pregão	659
7.2. Fase externa	622	8.4.2.1. Fase preparatória	659
7.2.1. Instrumento convocatório/ edital – arts. 20 e 21	623	8.4.2.2. Convocação – art. 4º... ..	659
7.2.1.1. Realização de audiência pública.....	624	8.4.2.3. Características do pregão	660
7.2.1.2. Local de divulgação do aviso do edital	625	8.4.2.4. Quadro comparativo	660
7.2.1.3. Prazo mínimo para apresentação das propostas... ..	625	8.4.2.5. Julgamento das propostas	660
7.2.1.4. Modificação do edital.....	626	8.4.2.6. Recurso.....	661
7.2.1.5. Cobrança pelo edital	626	8.4.3. Vedações ao pregão – art. 5º... ..	662
7.2.1.6. Impugnação do edital – art. 41	626	9. Alienação de bens da administração – art. 17.....	662
7.2.2. Habilitação	627	10. Licitação no caso de consórcios públicos ...	663
7.2.2.1. Habilitação jurídica – arts. 27 a 37.....	629	11. Substituição.....	664
7.2.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista.....	629	12. Parcelamento da licitação e fracionamento de despesa	664
7.2.2.3. Qualificação técnica... ..	631	12.1. Parcelamento do objeto.....	664
7.2.2.4. Qualificação econômico-financeira.....	633	12.2. Fracionamento de despesa	666
7.2.2.5. Certidão que demonstre o cumprimento do art. 7º, XXXIII, CF.....	634	12.3. Licitação por item.....	667
7.2.2.6. Registro cadastral – art. 34	635	13. Contratação direta.....	668
7.2.2.7. Pré-qualificação.....	635	13.1. Regras gerais	669
		13.2. Inexigibilidade – art. 25.....	670
		13.2.1. Fornecedor exclusivo	670
		13.2.2. Serviços técnicos profissionais especializados.....	672

6.4.1 Termo de aditamento	744	4. Características dos contratos administrativos.....	772
6.4.2 Apostila	744	4.1. Duração do contrato e contratos de locação	772
6.5. <i>Intuitu personae</i> , personalidade ou pessoal	744	5. Cláusulas exorbitantes.....	773
6.6. Aplicação supletiva das regras de direito privado – art. 54	745	5.1. Alterações qualitativas – limites.....	773
6.7. Presença de cláusulas exorbitantes/privilégio	745	5.2. Penalidades	775
7. Espécies de cláusulas exorbitantes.....	746	5.2.1. Prazo	775
7.1. Exigência de garantia.....	746	5.2.2. Extensão dos efeitos das sanções.....	775
7.1.1. Quadro resumo dos percentuais fixados em lei.....	747	5.3. Desconsideração da personalidade jurídica na via administrativa – possibilidade	778
7.2. Alteração unilateral – art. 65.....	747	5.4. Efeitos da declaração de inidoneidade – (<i>ex nunc</i>)	779
7.3. Rescisão unilateral (arts. 78 e 79) ...	751	6. Reajuste, revisão e REPACTUAÇÃO.....	780
7.4. Fiscalização.....	753	6.1. Repactuação – jurisprudência.....	781
7.5. Penalidades	754	6.1.1. Repactuação – espécies de contratos, previsão no contrato e vinculação a índices	781
7.6. Anulação	757	6.1.2. Repactuação – momento para pleitear – preclusão (entendimento: o direito à repactuação surge quando há aumento dos custos, mas deve ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente)	782
7.7. Retomada do objeto	757	7. Equilíbrio econômico financeiro do contrato – causas justificadoras da inexecução e fatos posteriores à celebração do contrato...	782
7.8. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	757	7.1. Fato do príncipe	783
8. Reajuste e revisão.....	759	7.2. Fato do príncipe positivo e negativo...	783
8.1. Quadro resumo	760	7.3. Teoria da imprevisão	783
9. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato – causas justificadoras da inexecução e fatos posteriores à celebração do contrato...	760	7.3.1. Teoria da imprevisão e dissídio coletivo	783
9.1. Quadro resumo	764	7.4. Caso fortuito e força maior	784
10. Responsabilidade pela execução do contrato e encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais – art. 71	764	7.5. Fato da Administração	785
11. Recebimento do objeto	766	7.6. Responsabilidade pela execução do contrato e encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais – art. 71.....	786
12. Extinção do contrato	767		
13. Modalidades de contratos administrativos	768		
13.1. Concessão	768		
13.1.1. Concessão de uso	769		
13.1.2. Contrato de serviços	769		
13.1.3. Contrato de obra pública	769		
13.2. Contrato de fornecimento.....	769		
13.3. Contratos de alienação e locação ...	770		
13.4. Contrato de gestão.....	770		
		JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
		REVISÃO	
		8. QUESTÕES.....	792
		CAPÍTULO X	
		SERVIÇOS PÚBLICOS.....	799
		1. Introdução	799
		2. Titularidade e forma de prestação	802
		3. Competência para prestação dos serviços públicos	803
ESTUDO AVANÇADO			
1. Discussão sobre a natureza jurídica dos contratos administrativos.....	771		
2. Cláusulas exorbitantes nos contratos privados	772		
3. Normas Constitucionais.....	772		

4. Conceito de serviço público	804	3. Conceito de serviço público	843
4.1. Conclusões sobre o conceito de serviço público	807	4. Classificação dos serviços públicos.....	845
5. Empresas estatais e os serviços públicos ...	808	4.1. Serviços <i>uti universi</i> e concessão de serviço público	846
6. Serviço público e poder de polícia.....	808	5. Política tarifária nas concessões.....	847
7. Classificação dos serviços públicos.....	809	6. Extinção da concessão.....	848
8. Responsabilidade das concessionárias de serviço público	810	7. Parceria Público-Privada.....	849
9. Princípios do serviço público.....	811	7.1. Equilíbrio econômico-financeiro e contratos de PPP	849
10. Exigência de licitação.....	813	7.2. Garantias nas PPPs	850
11. Concessão e permissão de serviços públicos	817	8. Permissão de Serviço Público	850
11.1. Espécies de concessão	819	9. Autorização de serviço público.....	851
11.1.1. Cláusulas essenciais dos contratos de concessão	820	10. Princípios do serviço público.....	852
11.1.2. Mecanismos privados para resolução de disputas	821	11. Concessão – Competência legislativa.....	852
11.1.3. Dos encargos do poder concedente	821	12. Lei nº 13.460/2017, de 26 de junho de 2017 – Lei dos usuários dos serviços públicos	852
11.1.4. Direitos e obrigações dos usuários.....	822	12.1. Introdução.....	852
11.1.5. Dos encargos da concessionária	823	12.2. Conceitos.....	853
11.1.6. Política tarifária.....	823	12.3. Princípios.....	854
11.1.7. Subconcessão.....	825	12.4. Dos Direitos Básicos e Deveres dos Usuários	854
11.1.8. Da intervenção.....	825	12.4.1 Da Carta de Serviços	855
11.1.9. Da extinção da concessão – art. 35.....	827	12.5. Dos Deveres do Usuário – Art. 8º ...	856
12. Parceria público-privada.....	830	12.6. Das Manifestações dos Usuários de Serviços Públicos – Art. 9	856
12.1. Espécies.....	832	12.7. Das Ouvidorias	857
12.2. Exigência de licitação	833	12.8. Dos Conselhos de Usuários	858
12.3. Julgamento das propostas.....	834	12.9. Da Avaliação Continuada dos Serviços Públicos	858
12.4. Lances em viva voz.....	834	12.10. Disposições Finais e Transitórias....	859
12.5. Inversão de fases.....	834	13. Prorrogação de prazo e relicitação em contratos de concessões de rodovias, ferrovias e de aeroportos federais	859
12.6. Vedações	835	13.1. Introdução.....	859
12.7. Das cláusulas contratuais	835	13.2. Relicitação	860
12.8. Formas de contraprestação ao parceiro privado	836	13.3. Prorrogação Antecipada.....	861
12.9. Das garantias	837		
12.10. Sociedade de propósito específico.....	837		
13. Autorização	837		
		JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
		REVISÃO	
		14. Questões	866
		CAPÍTULO XI	
		IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	871
		1. Moralidade × probidade.....	871
		2. Ação de improbidade × ação popular.....	872
		3. O Ministério Público.....	873
		4. Constitucionalidade da ação de improbidade.....	873
ESTUDO AVANÇADO			
1. Formas de prestação	839		
2. Prestação de serviços públicos por meio de empresas estatais	840		
2.1. ADPF nº 46 – o serviço postal (serviço público ou atividade econômica?)	841		

5. Fundamento constitucional.....	874	4. Interessados	933
6. Regulamentação e sanções previstas na LIA.....	878	5. Impedimento e suspeição	934
7. Natureza da ação de improbidade	879	6. Início do processo.....	936
8. Competência	880	7. Da competência.....	936
9. Lei de improbidade e “agentes políticos”... ..	881	7.1. Delegação e avocação	937
10. Elementos do ato de improbidade	883	7.1.1. Características da delegação... ..	938
10.1. Sujeito ativo	883	7.1.2. Avocação.....	939
10.1.1. Pessoa jurídica sujeito ativo	885	7.1.3. Diferenças e semelhanças entre delegação e avocação.....	939
10.1.2. Ação de improbidade e foro por prerrogativa de função	885	8. Desistência e extinção do processo.....	940
10.2. Sujeito passivo	885	9. Recursos	940
10.3. Ocorrência de ato de improbidade previsto nos arts. 9º, 10, 10-A ou 11.....	887	9.1. Legitimados	942
10.3.1. Elemento subjetivo	892	9.2. Prazos	943
10.3.2. Ocorrência de dano	894	9.3. Agravamento (<i>reformatio in pejus</i>)	943
11. Do procedimento administrativo e do processo judicial.....	895	ESTUDO AVANÇADO	
11.1. Representação	895	1. PROCESSO E PROCEDIMENTO	944
11.2. Transação, acordo ou conciliação	898	REVISÃO	
12. Prescrição	899	2. Questões	946
13. Da declaração de bens	902	CAPÍTULO XIII	
14. Das disposições penais	903	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	
ESTUDO AVANÇADO		1. O que é responsabilidade civil?.....	
1. Moralidade e probidade.....	903	2. Classificação da responsabilidade civil	
2. Natureza das sanções previstas na lei de improbidade	904	2.1. Classificação quanto à configuração: responsabilidade objetiva e subjetiva	
3. Lei nº 8.492/1992 e competência legislativa	904	2.2. Classificação quanto à conduta: responsabilidade comissiva e omissiva	
4. Aplicação das sanções da lei de improbidade mediante processo administrativo	904	2.3 Comparando.....	
5. Patrimônio público	905	3. Evolução histórica da responsabilidade estatal: teorias.....	
6. Atos meramente irregulares – qualificação como ato de improbidade	905	3.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA		3.2. Teoria (civilista) da responsabilidade por atos de gestão.....	
REVISÃO		3.3. Teoria da culpa civil (teoria da responsabilidade subjetiva)	
7. Questões	910	3.4. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço ou culpa anônima (<i>faute du service</i>)	
CAPÍTULO XII		3.5. Teorias do risco	
PROCESSO ADMINISTRATIVO		3.5.1. Teoria do risco integral.....	
1. Introdução.....		3.5.1.1. Responsabilidade por danos ambientais.....	
2. Âmbito de aplicação.....		3.5.2. Teoria do risco administrativo	
2.1. Aplicação aos Entes federativos		3.6. Quadro comparativo entre as principais teorias da responsabilidade estatal	
2.2. Aplicação na Administração Direta e Indireta, Poder Legislativo e Judiciário....		4. Responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	
3. Princípios.....			
3.1. Princípios implícitos			

6.2. Objeto	1039	7.18.3. Desapropriação-sanção ou confiscatória.....	1073
6.3. Natureza jurídica	1040	ESTUDO AVANÇADO	
6.4. Espécies.....	1040	1. Tombamento	1074
6.5. Desfazimento	1041	1.1. Tombamento – espécie de ato: dis- cricionário ou vinculado.....	1074
6.6. Efeitos.....	1041	1.2. Tombamento – espécie de servidão... ..	1075
6.7. Controle	1042	1.3. Instituição do tombamento.....	1075
7. Desapropriação	1042	2. Servidão.....	1076
7.1. Fundamentos da desapropriação....	1043	2.1. Servidão – instituição	1076
7.2. Desapropriação por necessidade pública.....	1044	2.2. Servidão – prescrição	1076
7.3. Desapropriação por utilidade pú- blica.....	1044	2.3. Servidão – indenização.....	1076
7.4. Desapropriação por interesse social... ..	1044	2.4. Servidão e limitação administrativa	1077
7.5. Desapropriação-sanção ou confisca- tória.....	1045	3. Desapropriação	1077
7.6. Competência	1045	3.1. Intervenção do Ministério Público na desapropriação.....	1077
7.7. Sujeitos ativos da desapropriação... ..	1046	3.2. Bens desapropriáveis	1078
7.8. Sujeitos passivos da desapro- priação	1047	3.3. Fase declaratória	1078
7.9. Bens desapropriáveis	1047	3.4. Caducidade – desapropriação para fins de reforma agrária.....	1078
7.10. Destinação dos bens	1047	3.5. Fase executória	1079
7.11. Procedimento de desapropriação....	1048	3.6. Indenização	1079
7.11.1. Fase declaratória	1048	3.7. Retrocessão – natureza jurídica (direito real ou pessoal)	1080
7.11.2. Fase executória	1050	3.8. Retrocessão – prescrição.....	1081
7.11.3. Contestação	1051	3.9. Desapropriação indireta – pres- crição	1082
7.11.4. Imissão provisória na posse	1051	3.10. Desapropriação por zona	1083
7.12. Indenização	1052	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
7.12.1. Indenização mediante títulos da dívida agrária e títulos da dívida pública	1058	REVISÃO	
7.13. Desapropriação indireta.....	1059	4. Questões	1086
7.14. Desapropriação por zona	1060	CAPÍTULO XV	
7.15. Direito de extensão	1061	BENS PÚBLICOS	
7.16. Tredestinação.....	1061	1. Introdução	
7.17. Retrocessão.....	1062	2. Classificação dos bens públicos	
7.18. Espécies de desapropriação	1062	2.1. Quanto à titularidade.....	
7.18.1. Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária	1062	2.2. Quanto à natureza/destinação.....	
7.18.1.1. Pequena e média propriedade rural	1064	3. Características dos bens públicos	
7.18.1.2. Princípio da sai- sine	1066	3.1. Inalienabilidade.....	
7.18.1.3. Propriedade pro- dutiva.....	1067	3.2. Impenhorabilidade.....	
7.18.1.4. Indenização	1069	3.3. Imprescritibilidade	
7.18.1.5. Procedimento ju- dicial	1070	3.4. Impossibilidade de oneração	
7.18.2. Desapropriação por interesse social – desapropriação urbanística	1071	4. Uso dos bens públicos por particular	
		4.1. Espécies de uso	
		4.2. Uso de “bens públicos afetados” por particular	

4.2.1. Autorização de uso	1107	2.5. Composição: 9 Ministros (art. 73, <i>caput</i>)	1138
4.2.2. Permissão de uso	1107	2.5.1. Requisitos para escolha (§ 1º)....	1138
4.2.3. Concessão de uso	1108	2.5.2. Garantias, prerrogativas e impedimentos	1139
4.3. Uso de “bens públicos não afetados” por particular	1108	2.5.3. Escolha (§ 2º) dos Ministros do TCU	1139
4.3.1. Locação	1109	3. TCU – atribuições	1139
4.3.2. Arrendamento	1110	4. Fiscalização no âmbito estadual e municipal	1144
4.3.3. Enfitese ou aforamento	1110	4.1. Fiscalização contábil, orçamentária e financeira (art. 31).....	1144
4.3.4. Cessão de uso	1110	4.2. Tabela comparativa das fiscalizações, nos diversos âmbitos federativos...	1145
4.3.5. Concessão de direito real de uso	1111	5. Outras disposições sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1145
5. Aquisição de bens pelo poder público	1112	6. Outros órgãos que também realizam a fiscalização contábil, financeira e orçamentária (rol meramente exemplificativo)	1146
6. Bens públicos em espécie.....	1113	7. Remédios constitucionais.....	1146
6.1. Terrenos de marinha e seus acrescidos.....	1113	7.1. <i>Habeas corpus</i>	1146
6.2. Terrenos reservados e seus acrescidos.....	1115	7.1.1. Considerações importantes ...	1147
6.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1115	7.1.2. Jurisprudências importantes...	1148
6.4. Faixa de fronteira	1117	7.2. <i>Habeas data</i>	1149
6.5. Terras devolutas	1117	7.3. Mandado de segurança.....	1150
6.5.1. Ação discriminatória	1118	7.3.1. Jurisprudências importantes...	1151
ESTUDO AVANÇADO		7.3.2. Mandado de segurança coletivo.....	1152
1. Conceito de bens públicos.....	1118	7.4. Mandado de injunção	1153
2. Afetação e desafetação	1120	7.4.1. Posições do STF sobre o mandado de injunção	1155
3. Autorização e permissão	1121	7.4.2. A nova Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300, de 23.6.2016).....	1157
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA		7.5. Ação popular	1159
REVISÃO		8. Direito de petição e direito de certidão ...	1160
4. Questões	1125	ESTUDO AVANÇADO	
CAPÍTULO XVI		1. Natureza jurídica do TCU.....	1161
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO		2. Registro de aposentadoria	1162
1. Controle administrativo.....	1135	3. <i>Accountability</i>	1163
1.1. Espécies de controle	1135	JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
1.1.1. Quanto ao âmbito ou origem...	1135	REVISÃO	
1.1.2. Quanto ao momento	1136	4. Questões	1166
1.1.3. Quanto ao aspecto.....	1136	CAPÍTULO XVII	
1.1.4. Quanto à amplitude.....	1137	SÚMULAS	
1.2. Parâmetros de controle (art. 70, <i>caput</i>).....	1137	1. Súmulas vinculantes.....	1175
1.3. Sujeitos passíveis de controle	1137	2. Súmulas do STF.....	1175
2. Tribunal de contas da união	1138	3. Súmulas do STJ	1177
2.1. Natureza jurídica	1138	BIBLIOGRAFIA.....	
2.2. Sede: Distrito Federal (art. 73, <i>caput</i>)	1138	1181	
2.3. Autoadministração.....	1138		
2.4. Alcance do controle (“jurisdição”)	1138		